

Política Educacional no Âmbito Municipal: experiência no interior da Amazônia

*Maria Lília Imbiriba Sousa Colares**

*Ângela Rocha dos Santos***

Resumo

O presente estudo aborda o tema das políticas educacionais em âmbito municipal e apresenta resultados de pesquisa de mestrado em educação, que teve por objetivo identificar e registrar as políticas educacionais implementadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belterra, estado do Pará, no período de 1997 a 2012. Para fins deste artigo, apresenta-se dados sobre a categoria de análise - os programas e projetos implementados pelo Município. Teve por metodologia a pesquisa qualitativa, utilizou-se técnicas e instrumentos de pesquisa, como a análise documental e entrevistas semiestruturadas, com secretários municipais de educação, no período delimitado para o estudo. Os resultados demonstraram que a Secretaria articulou e desenvolveu programas e projetos a partir da adesão dos governos federais, estaduais e da iniciativa privada, o que permitiu tanto aprendizagens institucionais quanto práticas voltadas para descentralização e autonomia, na busca por melhoria administrativa, financeira e pedagógica da organização da educação municipal. Desse modo, o aumento de programas educacionais assumidos pela Semed possibilitou ações indutoras de materialização de políticas educacionais.

Palavras-chave: Educação; Política Pública Educacional; Município de Belterra-PA.

* Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil. E-mail: lilia.colares@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5915-6742>

** Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, Pará, Brasil. E-mail: angelashalon@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0003-8362>

Educational Policy In The City: Amazon Experience

Abstract

The present study addresses the theme of educational policies at the municipal level and presents results of research of master's degree in education, which aimed to identify and register the educational policies implemented by the Municipal Education Office of Belterra, state of Pará, from 1997 to 2012. For purposes of this article, we present data on the analysis category - the programs and projects implemented by the Municipality. The methodology was qualitative research, using research techniques and instruments, such as document analysis and semi-structured interviews with municipal education offices during the study period. The results showed that the office articulated and developed programs and projects based on the federal, state and private governments consent, which allowed both institutional learning and practices aimed at decentralization and autonomy, in the search for administrative, financial and pedagogical improvement and organization of municipal education. Thus, the increase in educational programs undertaken by SEMED enabled actions that induce the materialization of educational policies.

Keywords: Education. Educational Public Policy. Municipality of Belterra-PA.

Política Educativa En El Ámbito Municipal: Experiencia En El Interior De La Amazonía

Resumen

El presente estudio aborda el tema de las políticas educativas a nivel municipal y presenta los resultados de una investigación de un máster en educación, cuyo objetivo fue identificar y registrar las políticas educativas implementadas por la Secretaría Municipal de Educación de Belterra, estado de Pará, entre los años 1997 y 2012. En el marco de este artículo, presentamos datos sobre la categoría de análisis: los programas y proyectos implementados por el Municipio. El método utilizado, consistió en una investigación cualitativa, utilizando técnicas e instrumentos de investigación, tales como revisión de documentos y entrevistas semiestructuradas con secretarías de educación municipales durante el período de estudio. Los resultados muestran que la Secretaría articuló y desarrolló programas y proyectos basados en la adhesión de gobiernos federales, estatales y privados, que permitieron tanto el aprendizaje institucional como las prácticas enfocadas a la descentralización y la autonomía, en la búsqueda de mejoras administrativas, financieras y pedagógicas y de la organización de la educación municipal. Así, el aumento de los programas educativos emprendidos por la Semed permitió acciones que inducen la materialización de las políticas educativas.

Palabras-clave: Educación. Política pública educativa. Municipio de Belterra.

1 Introdução

A partir da Constituição Federal do Brasil (CF) de 1988, percebe-se que, em âmbito nacional, a legislação educacional permite aos municípios construir uma autonomia para poder buscar uma colaboração com os estados e organizar os seus níveis e modalidades de ensino, as unidades escolares, aplicar recursos públicos e trabalhar em prol da formação dos profissionais da sua rede. Porém, entende-se que há uma diferença entre a lei e sua efetiva materialidade, o que implica nos resultados quanto à efetivação das políticas.

Souza (2006), destaca que a política pública educacional também é traduzida por programas e ações desenvolvidas por governos, que podem gerar possibilidades de resultados e mudanças em prol do bem-estar da sociedade. Assim sendo, destacamos a importância do papel dos municípios e os desafios para o cumprimento do atendimento a educação escolar pública, especificamente, por parte das suas secretarias municipais de educação, considerando a história da sociedade brasileira, de exclusão social e do acesso à educação.

Ao abordar a política pública municipal, enfatizamos para fins deste artigo, as políticas públicas voltadas à educação escolar, sendo estas idealizadas/materializadas através de programas e projetos educacionais, com objetivos de melhoria ao sistema de ensino, infraestrutura das escolas, financiamento, formação docente, valorização profissional, matriz curricular, gestão escolar, dentre outros.

Nesse contexto, a presente pesquisa trata do tema das políticas educacionais em âmbito municipal, a partir da socialização de resultados de pesquisa de dissertação de Mestrado Acadêmico desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufopa. A pesquisa teve como objeto de estudo a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Belterra, estado do Pará, com periodização de 1997 a 2012. Para fins deste artigo, apresentam-se dados referentes à categoria de análise sobre os programas e projetos desenvolvidos em âmbito municipal. O estudo teve por objetivo identificar os programas e projetos desenvolvidos pela Semed, e suas parcerias institucionais, destinados à melhoria da qualidade da educação escolar, considerando o período investigado.

A investigação teve como base os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, sendo um estudo descritivo-analítico, a partir do registro histórico das políticas educacionais desenvolvidas pela Semed, pois teve “como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p. 42). Optou-se como estratégia de pesquisa o estudo de caso, pois trata-se de uma investigação empírica que “[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real” (YIN, 2001, p.32).

A periodização desta pesquisa foi de 1997 a 2012, com delimitação justificada por marcos históricos como: em âmbito nacional, o fato da aprovação em 1996, da nova LDB, lei nº 9.394/1996. Em âmbito local, por Belterra ter sido emancipada à categoria de município, com início do processo de eleições de governo em 1996 e início da primeira gestão municipal, em 1997, e o ano de 2012 por encerrar um ciclo de gestão municipal.



O artigo está estruturado em três partes. A primeira aborda aspectos teóricos quanto à política educacional em âmbito municipal, com destaque aos programas federais adotados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), como mecanismos de gestão, participação no controle da execução, de descentralização entre União e Municípios, referentes à área educacional. Em seguida, apresentam-se os resultados da pesquisa. E, finaliza com considerações pertinentes ao tema em questão.

2 Cenário da Política Educacional Brasileira e os Programas Federais

A partir das redefinições instituídas pela Constituição Federal de 1988 e reafirmadas, posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9.394/1996, percebe-se, a partir de estudos de Arretche (2010), Azevedo (2001, 2002), Cury (2010), Oliveira (2011), Saviani (2010, 2013), dentre outros, os desafios e questionamentos quanto ao regime de colaboração entre os entes federados (municípios, estados e União), seus papéis quanto aos princípios de descentralização e autonomia, suas competências em relação à condução da política educacional e o direito à educação escolar pública.

Em termos de descentralização e autonomia, a partir de 1995-1998 e 1999-2002, as políticas educacionais foram sendo credenciadas e referenciadas, para adequação da lógica de gestão gerencial da educação, com atribuições e competências entre os entes federados, União, estados e municípios, dentro de um regime de colaboração. Este considerado como “princípio relacional constituinte do complexo federativo, que deve garantir o direito dos cidadãos à educação e os interesses da sociedade nessa matéria, a saber, projeto nacional da educação” (LUCE; FARENZENA, 2007, p. 10). Em consequência disso, os programas e projetos tornaram-se mecanismos utilizados pelos governos para a descentralização esperada e almejada, necessários para a organização da educação, da gestão e dos sistemas de ensino do país, dentro da lógica gerencialista da educação. A descentralização passa a ser o alvo central de tensão na formulação e implementação da política educacional, conforme Antunes (2005).

Contudo, Azevedo (2001, 2009), afirma que tais programas foram mecanismos acionados pelo Ministério da Educação e Cultura a partir de uma nova lógica da ação estatal, reformulados e/ou criados durante os dois governos de Fernando Cardoso. E que prosseguiram nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, com o discurso governamental de ações supletivas e redistributivas da União, perante a assistência técnica e financeira aos demais entes federados. Nesse processo, a educação escolar (escolas públicas brasileiras) foi sendo contemplada com ações, planos, políticas, programas e projetos educacionais de intenção descentralizadora, voltados, contudo, aos acordos entre o Banco Mundial (BM) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), após a reforma educacional.



2.1 Programas Federais voltados para a Educação Municipal

Ao considerar o registro de programas e projetos entre 1997 a 2012 (conforme periodização da pesquisa), destaca-se que em 1997, gestão presidencial de Fernando Cardoso (1995-1998, 1999-2002), às áreas prioritárias para o atendimento e desenvolvimento das ações e/ou programas federais, de acordo com Castro (2000, p. 66), eram iniciativas caracterizadas:

[...] (i) pela transferência de recursos aos governos subnacionais, cujo principal exemplo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); e (ii) mediante a transferência direta de recursos para as unidades escolares, fundos e órgãos municipais e estaduais, com destaque para o redesenho dos critérios de alocação, operacionalizado pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); [...] (PNAE); a focalização sócio-regional como critério para a alocação de recursos federais: (i) com o impulso dado à execução do Projeto Nordeste; (ii) pela priorização, a partir de 1995, conferida aos recursos do Programa Nacional do Transporte Escolar (PNTE), do Programa Nacional de Saúde Escolar [...] e do Programa Nacional do Material Escolar (PNME) aos municípios selecionados pelo Programa Comunidade Solidária; e (iii) pelo adicional *per capita* alocado nesses municípios, por intermédio do PNAE e do PDDE, como o TV-Escola.

Destacam-se alguns aspectos apontados por Castro (2000, p. 66), como a atenção de ações/programas e fundos de financiamento voltados, principalmente, para o ensino fundamental, como os parâmetros curriculares e o Fundef, e ações de intenção do fortalecimento dos sistemas de ensino. Destaca-se, ainda, a criação do Programa Paz nas Escolas, ação prioritária no Governo Federal, integrado posteriormente ao Plano Plurianual (PPA).

Neste sentido, apresentamos um levantamento sobre ações, políticas e programas federais voltados para a educação básica do País, organizados por gestão presidencial do período de 1997 a 2012, no intuito de observarmos as principais ações de responsabilidade do Ministério da Educação durante o período de investigação do presente estudo. Para o levantamento das informações utilizou-se como fonte de dados os Relatórios de Gestão da Secretaria Executiva do MEC/SEB, do período de 1997 a 2012, disponibilizados no seu sítio eletrônico (www.mec.gov.br).

A saber, Quadro 1.



Quadro 1 - Levantamento de Ações/Políticas/Programas¹ do Governo Federal para a Educação Básica – 1997-2002

Gestão	Ações, Políticas e Programas Identificados*	
Fernando Henrique Cardoso	1997**-1998 / 1999-2002	
	<p>Ações Articuladas com outros Ministérios: Saúde da Família, Brasil Jovem, Água na Escola, Erradicação do Trabalho Infantil, Bolsa Escola Alfabetização Solidária, PRONAGER e PRONAF</p> <p>Ampliação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Formação de Professores Alfabetizados – PROFA</p> <p>Formação de Professores em Áreas Remanescentes de Quilombos, Professores Indígenas</p> <p>Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE</p> <p>O Programa Escola Pública – Gestão Eficiente e Parâmetros em Ação – PCN's em Ação (Educação Infantil; Alfabetização; Educação de Jovens e Adultos; Meio Ambiente, Educação Escolar Indígena)</p> <p>Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e Políticas de fortalecimento, manutenção e equalização dos sistemas de ensino – FUNDEF</p>	<p>Programa de Assistência Financeira aos Sistemas de Ensino</p> <p>Programa de Aceleração da Aprendizagem e Programa de Apoio à Educação Infantil/Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil – RCNEI</p> <p>Programa de Apoio à EJA – Programa Recomeço – Supletivo de Qualidade</p> <p>Programa de Apoio ao Ensino Especial (Proesp) e Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino – PRASE</p> <p>Programa Dinheiro Direto na Escola e Programa e Programa Escola Ativa</p> <p>Programa Nacional Biblioteca Escolar e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) ***</p> <p>Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares</p> <p>Programa Paz nas Escolas e Programa TV Escola – Salto para o Futuro</p> <p>Programas destinados ao Material Didático e Paradidático e Projeto Alvorada</p>

Fonte: Azevedo (2002;2009). Castro (2000). Dourado *et al* (2007). Durham (1999). Yanaguita (2011). Relatórios de Gestão da Secretaria Executiva do MEC/SEB, de 2000 a 2002, disponíveis no sítio www.mec.gov.br.

* Ações, políticas e programas apresentados no quadro estão organizados por ordem alfabética.

** Escolar (Pnae).

***Programa Nacional de Alimentação data de início em 31/5/1955. Relatório/Seb/MEC (2000). Quadro elaborado pela autora (2015).

Ao observar os dados do Quadro 1, reafirma-se Castro (2000) e destaca-se outro aspecto que diz respeito ao processo de reconhecimento dos municípios como entes federados, o que trouxe mudanças e consequências para a gestão da educação e para os sistemas de ensino, como analisam Almeida (1995), Arretche (1996), Martins (2001), Sander (2007), Souza e Faria (2004), dentre outros autores. A LDB (1996) fortaleceu na agenda da reforma do Estado, a questão da descentralização e autonomia, e os municípios passaram a ter competência para organizar o seu sistema municipal de ensino, conforme suas possibilidades e expectativas para atender à educação infantil e ao ensino fundamental. Destaca-se, por exemplo, como parte da obrigatoriedade quanto à oferta educacional, que os municípios precisaram assumir objetivos propostos pelo Programa Toda Criança na Escola, do Governo Federal.

1 Os termos ações, políticas e programas são usados na maioria dos documentos e relatórios da SEB/MEC, os quais designam o registro das atividades adotadas e desenvolvidas pelo MEC. Para fins deste trabalho, adotamos os mesmos termos ações, políticas e programas, assim denominados nos documentos oficiais identificados, considerando o período de investigação da pesquisa, 1997-2012.

Quadro 2 - Levantamento de Ações/Programas do Governo Federal para a Educação Básica - 2003-2006, 2007-2010

Gestão	Ações, Políticas e Programas*
Luí Inácio Lula da Silva	<p>2003-2006 / 2007-2010</p> <p>Desenvolvimento e Implantação do Sistema de SIMONI/SIMEC/ SAESE</p> <p>Jovens – Projovem / Projovem Campo – Saberes da Terra (modalidade do Programa Nacional de Inclusão de Jovens Observatório de Experiências Inovadoras/ Olimpíada Brasileira de Matemática, Prêmio Ciências para Ensino Médio/ Provinha Brasil</p> <p>Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Plano de Ações Articuladas (PAR), Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME)</p> <p>PNLD – 1ª a 4ª – DCNEM – Programa Nacional do Livro no Ensino Médio – PNLEM - Dicionários PNLD/2005</p> <p>Programa Brasil Alfabetizado/ Escolarizado e Programa de Articulação com os Sistemas de Ensino – PRASE / Programa Pró- Conselho</p> <p>Programa de Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres – Gênero e Diversidade na Escola / Ética e Cidadania - Construindo Valores na Escola e na Sociedade</p> <p>Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (Proinfantil)</p> <p>Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação</p> <p>Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais e Ação de Acessibilidade nos Programas do Livro</p> <p>Programa de Incentivo à Formação Continuada de Educadores do EM e Material de Apoio para professores do Ensino Médio</p> <p>Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – PROME</p> <p>Programa de Valorização dos Trabalhadores da Educação Básica – Pró-Valorização e Não docentes</p> <p>Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade / Programa Escola Acessível / Programa de Apoio ao Ensino Especial</p> <p>Programa Escola Aberta / Programa Escola Ativa / Programa Mais Educação / Programa Mídias na Educação / Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE /Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) / Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) /PROESCOLAR/ Programa Caminho da Escola /Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares / Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) /Programa Nacional de Reestruturação e Aparentagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) / Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Prolibras)</p> <p>Programa Pescando Letras/ Programa Saúde na Escola (PSE) / Programa TV Escola</p> <p>Projeto Alvorada / Projeto Piloto do Programa Escola de Gestores/Programa Escola de Gestores</p> <p>Rede Nacional de Formação Continuada de Professores / Programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial</p>

Fonte: Relatórios MEC/SEB, de 2003 a 2010, disponíveis no site www.mec.gov.br.

Quadro elaborado pela autora (2015).

* Ações, políticas e programas apresentados no quadro estão organizados por ordem alfabética.

No período de 2003 a 2006 assume o Governo Federal o presidente Luís Inácio Lula da Silva, reeleito para o período 2007 a 2010, com a proposta de governo voltado aos programas sociais e como núcleo estratégico de governo o Programa Fome Zero, sendo substituído pelo Programa Bolsa Família, com ações articuladas com o MEC. Percebe-se a continuidade de programas, como o da alimentação escolar, de transporte escolar, material didático, dentre outros, com destaque à criação do Plano de Ações Articuladas (PAR), que congregou as metas do PNE (2001-2014) a partir do planejamento do MEC, junto aos estados e municípios, especificamente, às secretarias estaduais e municipais de educação.

Dentre outras ações/programas do MEC, identificam-se atividades destinadas para o fortalecimento e assistência aos sistemas de ensino e conselhos escolares. Salienta-se ainda que, diante do levantamento realizado, identificaram-se ações/programas que foram adaptados, criados ou modificados. No plano mais amplo, Fagnani (2011, p. 10) contribui com sua análise, pontuando que durante o “governo Lula (Fome Zero e Bolsa



Família) reprisava FHC (Programa Comunidade Solidária), ignorando a luta que diversas forças políticas vinham travando pela consolidação dos avanços sociais de 1988”. O autor analisa avanços dentro das limitações governamentais, por exemplo, o gasto público com educação, evidenciando que houve, sim, uma ampliação de recursos, porém reduzidos em comparações internacionais.

A seguir apresentamos o Quadro 3, referente aos exercícios de 2011 e 2012,

Quadro 3 - Levantamento de Programas/Ações do Governo Federal para a Educação Básica - 2011-2012

Gestão	Ações, Políticas e Programas*
Dilma Vana Rousseff	2011-2012**
	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Form. Gestar - Formação Continuada de Profissionais – EF Profissionais da Ed. Básica / Programa Escola de Gestores
	Apoio à Elaboração da Proposta Pedagógica, Práticas e Recursos Pedagógicos para a Ed. Infantil
	Apoio ao Desenvolvimento Curricular, Práticas e Recursos Pedagógicos para o Ens. Fundamental e Ens. Médio - Programa Ensino Médio Inovador (Proemi)
	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino, Conselho de Acompanhamento Fundef, Pró-Conselho, Pradime
	Olimpíadas Escolares, Olimpíadas de Ciências, Língua Portuguesa, Feiras e Demais Eventos Científicos
	Plano de Ações Articuladas (PAR) / Política Nacional de Educação Infantil/PNEI/ Prêmio/Seminário
	Prêmio Professores Brasil Prêmio Inovação
	Programa Brasil Alfabetizado/Escolarizado/ Programa Brasil Carinhoso
	Programa Dinheiro Direto na Escola PDE - Escola
	Programa de Disseminação de Tecnologias Educacionais/Programa de Informática na Escola (Proinfo)
	Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação
	Programa Escola Ativa /Programa Mais Educação/ Programa Nacional Alfabetização na Idade Certa – PNAIC/ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) / Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) / Programa Saúde na Escola (PSE) e Capacitação para Promoção da Saúde na Escola / Pró-Letramento/ Prova, Provinha Brasil, Enem (SAEB) / Rede Nacional de Formação de Professores – Parfor

Fonte: Relatórios MEC/SEB, 2011 e 2012, disponíveis no site www.mec.gov.br.

Quadro elaborado pela autora (2015).

* Ações, políticas e programas apresentados no quadro estão organizados por ordem alfabética.

** Periodização de acordo com o período investigado da pesquisa.

No período de 2011 e 2012, Dilma Vana Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores (PT), assume a nova gestão presidencial, com continuidade e readaptações de programas e/ou ações do MEC para a educação básica. Neste período, observa-se, conforme Quadro 3, que as atividades do MEC estavam alinhadas às metas do PNE 2011-2020 (em tramitação, à época, no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei nº 8035/2010), com os elementos do Plano Plurianual 2012-2015, nas ações/programas do MEC para a educação básica, destinados aos municípios e estados, destinadas à educação infantil, ensino fundamental e médio, educação integral, educação especial e inclusiva, educação no campo, fortalecimento dos sistemas de ensino. Conforme o Relatório de Gestão do MEC (2012),

Entre as diversas ações estratégicas conduzidas pela SEB merecem especial atenção o Proinfância, o Brasil Carinhoso e o Programa Mais Educação. Estas ações destacam-se pela importância e abrangência do seu escopo, ressaltados pela participação destas políticas nas grandes agendas intersetoriais de governo, como o Plano Brasil sem Miséria, lançado em junho de 2011, e a segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Por fim, estas ações contribuem diretamente para duas prioridades claras do atual governo: o fomento à educação infantil e à educação em tempo integral (BRASIL, 2012, p. 27).

Destaca-se que o Plano Plurianual (PPA) substituiu o antigo Orçamento Plurianual de Investimentos, possuindo uma nova estrutura e concepção de planejamento, com articulação transversal com os demais ministérios e com as principais agendas do Governo Federal. Dentre as ações, cita-se o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), Programa Bolsa Família, Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), Programas Minha Casa, Minha Vida, Brasil sem Miséria, dentre outros.

Ao apresentar o levantamento de ações/políticas e programas do MEC durante o período de 1997 a 2012, ressaltam-se três aspectos. O primeiro diz respeito à busca do Governo Federal por estratégias, políticas e iniciativas para o atendimento aos objetivos e metas do Programa Educação para Todos, assumido pelo governo brasileiro pós-1990, após a Conferência de *Jomtien*, Dakar (2000) e no PNE (2001-2010) e PNE (2011-2020). O segundo aspecto refere-se à criação dos fundos de financiamento voltados para educação básica, por parte do Governo Federal, sendo um fator decisivo para o desenvolvimento das ações/políticas e programas educacionais, em especial atenção aos municípios, como o Fundef e Fundeb, ao lado do Salário-Educação.

O terceiro aspecto diz respeito à relação das ações, políticas e programas do MEC, articulados com políticas e planos de governos, contudo, posteriormente, em 2007, com o PDE, o Plano de Metas de Compromisso Todos pela Educação, com o PAR. Ou seja, em termos legais possibilitou-se uma melhor assistência técnica e financeira da União, por meio de parcerias ou de convênios, além dos fundos de financiamento na educação.

3 Programas e projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Belterra/PA2: Resultados da Pesquisa

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a análise documental (fontes documentais primárias e secundárias), por compreender a importância dos fatos presentes nos documentos (TRIVIÑOS,1987); e, entrevistas com aplicação de questionários aos (ex) secretários municipais de educação e representante do período de 2009-2012. Os entrevistados são identificados no decorrer deste trabalho, por letras A, B, C, D, E e F. Dentre as categorias de análise, destaca-se para fins deste artigo, programas e projetos.

As informações obtidas correspondem aos dados fornecidos e identificados dentro da limitação desta pesquisa, quanto ao tempo de realização, das fontes documentais obtidas junto à Semed e outros órgãos parceiros em programas e projetos, além dos dados coletados nos depoimentos das entrevistas. Em relação aos dados sobre as gestões municipais e respectivos secretários de educação, por período, identificamos as seguintes informações: 1ª Gestão Municipal 1997-2000, com 02 secretários; 2ª Gestão Municipal 2001-2004 (reeleição), teve 01 secretário; 3ª Gestão Municipal 2005-2008, com 04 secretários; 4ª Gestão Municipal 2009-2012, teve 02 secretários.

2 Belterra, conhecida como a cidade norte-americana no coração da Amazônia ou cidade-empresa, com peculiar patrimônio histórico-cultural e arquitetônico, foi criada em 1934, a partir de interesses político-econômicos, durante a vigência do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas, por negociações entre o governador do estado do Pará, Dionísio Bentes (1926) e intermediários, em favor da instalação da Ford Motor Company do empresário Henry Ford no Pará, além do interesse do Governo Federal.



No Quadro 4, apresenta-se o perfil dos secretários municipais de educação de Belterra/PA:

Quadro 4 - Perfil dos Secretários Municipais de Educação de Belterra/PA, período de 1997-2012

Nº Secretários	Escolaridade*	Experiência Profissional*
01	Magistério	Docência e Gestão Escolar
04	Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar Pedagogia/ Esp. em psicopedagogia	Supervisão Escolar, Docência e Gestão Escolar, Docência e Coord. Pedagógica
	Pedagogia Pedagogia	Coord. Pedagógica, Docência Coordenação Pedagógica
03	Licenciatura em Letras	Docência
	Licenciatura em Letras	Docência, Administração Pública
	Licenciatura em Letras	Docência
01	Licenciatura em Matemática	Docência

Fonte: Depoimentos/Entrevistas. Elaborado pela autora (2005)

Nota: Número de ordem cronológica por gestão.

* Escolaridade e experiência profissional dos secretários na época, quando atuavam na função.

Identifica-se no Quadro 4 que todos os secretários municipais de educação possuíam uma trajetória profissional com experiência na docência, outros (02) tinham experiência na gestão escolar e (4) com experiência na coordenação pedagógica. Tinham formação na área da educação, com nível superior em Licenciaturas como Pedagogia, Letras e Matemática e Curso de Pedagogia habilitação em Supervisão Escolar, apenas 01 secretário tinha formação de nível médio em magistério, quando atuou na função de secretário da Semed.

Na categoria programas e projetos, apresentamos os dados identificados e demonstrados em quadros de sequência numérica de 5 a 8, conforme os períodos por gestões municipais. Para fins de organização e análise, agrupamos os programas e projetos dentro de dimensões, como: 1. Formação e Qualificação docente; 2. Pedagógico-Didático-Curricular; 3. Gestão Escolar, considerando os níveis e modalidades atendidas e descrição das ações. A escolha da forma de organização por dimensão deu-se a partir dos dados identificados, por similaridade e objetivo.

A seguir, apresentamos a síntese dos programas e projetos desenvolvidos pela Semed identificados durante o período de pesquisa, voltados para o atendimento nos níveis e modalidades de ensino, a partir de parcerias com a União, Estados, Órgãos da Administração Pública, Setor Privado, e Órgãos Não-governamentais (Ong's), no período de 1997 a 2012.

Quadro 5- Síntese dos programas e projetos da Semed – 1997-2012 - Formação e Qualificação Docente - Parte 01

Período	Níveis	Descrição
1997-2000	Ed. Infantil	Projeto de Formação Continuada de curta duração: Semana Pedagógica das Escolas da Rede, palestras, oficinas, seminários e mini-cursos de temáticas educacionais diversas; Projeto de Formação Continuada: Curso de Curta Duração para Formadores em Alfabetização.
	Ensino Fund.	Projeto de Formação Continuada de curta duração: Semana Pedagógica das Escolas da Rede, palestras, oficinas, seminários e mini-cursos de temáticas educacionais diversas; Palestras para professores de turmas multisseriadas; Formação Complementar (nível de magistério), em Estudos Adicionais para Habilitação de Docência de 5ª e 6ª série (Ação Estado/Município), a partir de parceria com SEDUC/PA; Adesão ao Programa Nacional dos Parâmetros Curriculares em Ação (PCNs em Ação); Programa voltado para Formação Inicial dos professores da Rede Municipal: a) Planejamento de Convênio PMB (Fundef) com UFPA para Formação Inicial dos professores em Letras/Inglês (50 vagas).
2001-2004	Ed. Infantil	Projeto de Formação Continuada de curta duração, como Semana Pedagógica das Escolas da Rede, palestras, oficinas, seminários e mini-cursos de temáticas educacionais diversas;
	Ensino Fund.	Projeto de Formação Continuada de curta duração, como Semana Pedagógica das Escolas da Rede, Encontro de Professores, Seminários, Oficinas; Programa Nacional dos Parâmetros Curriculares em Ação (PCNs em Ação); Programa voltado para Formação Inicial: a) Organização de turma em Letras/Inglês (50 vagas) em parceria com IES (Fundef); Organização de turmas no Curso de Ensino Superior em Matemática, Geografia, Ciências Naturais e História, a partir da realização de Consórcio entre Municípios pertencentes à Transamazônica e Santarém/Cuiabá (AMUT), (compra de 10 vagas para cada curso, com financiamento via Fundef); Organização de turma do Curso de Pedagogia Convênio com Instituto de Ensino Superior Esperança (IESPES) de iniciativa privada.

Fonte: Entrevistas com secretários de educação do período de 1997-2004. Relatório ProManejo/IBAMA (2006), Souza e Oliveira (2002). Quadro elaborado pela autora (2016).

Quadro 6 - Síntese dos programas e projetos da SEMED – 2005-2012 - Formação e Qualificação Docente - Parte 02

Período	Níveis	Descrição
2005-2008	Ed. Infantil	Programa de Formação Continuada a) Curta duração: Semana Pedagógica das Escolas da Rede (Anual); Curso do Método Dom Bosco; Encontro de Orientações e Planejamento sobre as Diretrizes para EI e currículo da Rede Municipal de Ensino (Creches e Pré-Escola); Adesão a programas federais: Programa Brasil Alfabetizado.
	Ensino Fund.	Projeto de Formação Continuada de curta duração: Semana Pedagógica das Escolas da Rede, Encontro de Professores, Seminários, Oficinas em diversas temáticas; Ações formativas em temáticas relacionadas às disciplinas específicas, como em Ed.Física, Língua Portuguesa e Inglês, Matemática e Ensino Religioso. Programa voltado para Formação Inicial dos professores da Rede Municipal: Continuidade das turmas de Letras (UFPA), Matemática, Geografia, Ciências Naturais e História, (Consórcio AMUT/PMB), Pedagogia (IESPES).
2009-2012	Ed. Infantil	Projeto de Formação Continuada de curta duração: Semana Pedagógica das Escolas da Rede, palestras, oficinas, seminários e mini-cursos de temáticas educacionais diversas e Orientações das Diretrizes Nacionais para Educação Infantil; Projeto Brincando também se aprende; Programas Federais: a) Programa Saúde do Escolar; Proinfância; Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).
	Ensino Fund.	Projeto de Formação Continuada de curta duração: Semana Pedagógica das Escolas da Rede, palestras, oficinas, seminários e mini-cursos de temáticas educacionais diversas. Programa voltado para Formação Inicial e Continuada, em nível de pós-graduação dos professores da Rede Municipal: a) Parceria com UFOPA, turmas de Licenciatura do PARFOR (Letras-Português-Inglês, Matemática-Física, Pedagogia, História-Geografia, Biologia-Ciências); b) Parceria com UFOPA, Programa Escola de Gestores –Turma de Especialização em Gestão Escolar.

Fonte: Entrevistas com secretários de educação do período de 2005-2008, Representante 2009-2012. Relatórios parciais da Semed (2006, 2007, 2008). Quadro elaborado pela autora (2016).



Ao organizarmos esta dimensão por Formação e Qualificação docente, consideramos as ações desenvolvidas pela Semed, no sentido de atender aos dispositivos legais, quanto a garantir, em regime de colaboração entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e diante do Plano Nacional da Educação (2001-2011), o desenvolvimento de políticas voltadas para a formação dos profissionais da educação, e aos que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A partir dos dados obtidos e de acordo com os entrevistados A, B, C, D, E e F, e apresentados nos Quadros 5 e 6, identificamos que os programas e projetos desenvolvidos pela Semed, buscaram o desenvolvimento de ações como palestras, semana pedagógica (evento anual e semestral), minicursos voltados para professores alfabetizadores e professores do ensino fundamental, e com destaque aos professores com turmas multisseriadas, pois neste período, tanto à área urbana como a do campo, possuíam essa organização de ensino. Para amenizar a falta de qualificação³ e formação de professores da rede municipal, a Semed adotou como medida de caráter provisório, a parceria, junto à Seduc/PA, por meio de Cursos de Estudos Adicionais ao Normal em nível médio, para a formação de docentes para lecionarem em disciplinas específicas de 5ª e 6ª série do ensino fundamental.

Conforme os relatos dos entrevistados B e E, no período de 1997 a 2000 não havia programas específicos para uma política de formação e qualificação docente dos professores em nível de ensino superior. Identifica-se, então, que durante 2000 (gestão anterior) e 2001 a 2004 (nova gestão), a Semed conseguiu firmar Convênios, com as verbas do Fundef, com a Ufpa/Campus de Santarém, para a organização de turma com 50 vagas para a oferta do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Inglês para professores da rede municipal de ensino.

Destaca-se, considerando os dados apresentados pelas entrevistas (A, B e C), que a Semed teve contrapartida financeira por intermédio da AMUT, via consórcio entre municípios, para a organização de turmas com 10 vagas no curso em Geografia, Matemática, História e Ciências Naturais. Houve parceria também, com IES privada, o Instituto de Ensino Superior (IESPES), localizado em Santarém, para vagas no curso de pedagogia, com Polo presencial em Belterra.

A Semed deu continuidade aos convênios e consórcios com IES federal e privada para a formação e qualificação docente. Um dos marcos deste período foi a responsabilidade (re) assumida pela Semed da educação infantil, tanto à oferta, recursos materiais e humanos. O que permitiu iniciar, a partir da criação da Coordenação Pedagógica para a Educação Infantil, um plano de ação voltado para a melhoria desse nível de ensino, em constância às diretrizes curriculares para a educação infantil e para a formação dos professores. Nesse sentido, a Semed desenvolveu um plano de formação continuada aos professores, a partir da realização de Encontro de Orientações e Planejamento sobre as Diretrizes para a Ed. Infantil e Currículo da Rede Municipal de Ensino (Creches e Pré-Escola). Adotou como método de alfabetização, o Método de Alfabetização Dom Bosco, e por meio dele, realizou entre 2005 a 2007, curso de formação. Em relação aos professores que atuavam no ensino fundamental, percebe-se a preocupação na formação

3 A preocupação pela formação docente era devido à presença de professores atuantes nas escolas da rede com formação escolar em nível de magistério, principalmente, no período das primeiras gestões municipais, à presença de turmas multisseriadas em quase 100% das escolas da rede, tanto urbana como do campo.

continuada dos que atuavam em disciplinas específicas, como em Educação Física, Língua Portuguesa e Inglês, Matemática e Ensino Religioso.

Entre 2005-2008 percebe-se um aumento no número de projetos e programas voltados para a formação e qualificação docente, voltados para o atendimento e melhoria da educação infantil. Identifica-se que entre 2009 a 2012 as ações da Semed estavam focalizadas em dois programas do governo federal, para formação inicial, o PARFOR/Ufopa, e formação continuada em cursos de pós-graduação em nível de especialização com parceria com Ufopa/SEB/MEC, por meio do Programa Nacional Escola de Gestores. Identifica-se também, ações para a formação de professores atuantes na educação infantil, com a adesão do PNAIC/Ufopa.

Ressalta-se, conforme Camini (2013), que o Banco Mundial teve crescente influência na definição de políticas educacionais no Brasil, o que repercutiu em nível local (Município) a busca por medidas governamentais, em especial pela Semed em poder articular um planejamento, diante da justificativa de que “elevar a qualidade da educação, passava pela formação dos professores”.

No Quadro 7, listamos dados referentes aos programas e projetos de cunho pedagógico-didático-curricular.

Quadro 7 - Síntese dos programas e projetos da SEMED – 1997-2012- Pedagógico-Didático-Curricular

Período	Modalidades/níveis	Descrição
1997-2000	Ens. Fundamental	Projeto Rádio pela Educação
	Modalid. Complementares: Educ. Ambiental	Construção de Proposta Pedagógica Interdisciplinar em EA com professores do EF; Construção de Programa de Educação Ambiental (PEA) da Rede Municipal de Ensino: assinatura do Termo de Cooperação Técnica com IBAMA/PM de Belterra
2001-2004	Ens. Fundamental	Projeto Rádio pela Educação (parceria da Semed)
	Ens. Fund./ Ed. Ambiental	Programa de EA da Rede Municipal: como parte de articulação das ações do ProManejo/IBAMA/Flona/Tapajós: - Construção do Projeto Político Pedagógico Participativo das escolas, da Rede e do Centro de Referência em EA (CEREA); Rede de Articulações e Produção e Difusão de Materiais Pedagógicos voltados para EA; Criação do CEREA Produção de Programas de Rádio da FLONA;
	Ens. Fund./ Ed. do Campo	Adesão ao Programa Escola Ativa
2005-2008	Ens. Fund./ Ens. Fundamental	Adesão da Semed à programas e projetos: a) Programa Pró-Letramento (Adesão ao MEC); Mobilização pela Qualidade da Educação; b) Projeto de Incentivo e Promoção à Leitura; c) Biblioteca Comunitária Ler é Preciso; d) Projeto Rádio pela Educação; e) Programa de Educação Fiscal: ações de formação de professores
	Ens. Fund./ Ed. Ambiental	Programa de EA da Rede Municipal Projetos de EA em parceria: a) Projeto de Mapeamento Comunitário; b) Projeto articulado com Instituto Butantan Projeto de Formação em EA para professores e comunidade escolar
	Ens. Fund./ Ed. do Campo	Experiências de Ações voltadas para Formação, Proposta Pedagógica e Curricular: a) Formação Continuada aos professores/as do campo: - Projeto Poronga para professores/as de escolas multisseriadas; - Programa EducA-mazônia (adesão ao programa do grupo de pesquisa da UFPA/UEPA): oficinas pedagógicas, minicursos, palestras, encontros e seminários; - Parceria no Projeto de Formação Vivência do homem do campo e Meio Ambiente UFPA/STM; b) Propostas Pedagógicas e Curriculares: - Programa Saberes da Terra: Projeto de Reestruturação do Currículo Escolar das escolas do campo
	Ed. de Jovens e Adultos	Programa Brasil Alfabetizado e Saberes da Terra; Programa de EJA (material didático); Projeto de Formação Continuada para professores da EJA
	Ed. Especial	Formação Continuada: a) Vagas para professores e técnicos em formação de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com parceria com UFCE/MEC e UFSCAR; Acompanhamento Pedagógico junto às escolas - fase de planejamento e parceria com SEDUC/PA, SEMED/STM e Equipe da Semed
	Ed. Escolar Indígena	Formação de professores (nível de ensino médio/magistério); Plano de Ação para Organização do PPP das Escolas

Período	Modalidades/níveis	Descrição
2009-2012	Ens. Fundamental	<p>Avaliação Educacional (MEC): a) Prova Brasil; Provinha Brasil e Olimpíadas Brasileiras de Matemática e Língua Portuguesa;</p> <p>Programas Federais: a) Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo); b) Programa Pró-Letramento; c) Programa Mais Cultura.</p> <p>Programas Educacionais: a) Escolas Sustentáveis e Construção da Agenda 21 da Escola; b) Programa Água na Escola; c) Programa em parceria com Instituto Butantan sobre EA e Animais Peçonhentos; d) Programa Saúde do Escolar</p>

Fonte: Entrevistas com secretários de educação do período de 1997 a 2008. Representante 2009 - 2012. Relatório ProManejo/IBAMA (2006); Relatórios parciais da Semed (2006, 2007, 2008), Projeto e Termo de Cooperação Rádio pela Educação (2007). Plano de Trabalho/Programa Saberes da Terra. Camargo (2006); Souza e Oliveira (2002). Quadro elaborado pela autora (2016).

Ao nomear programas e projetos de cunho Pedagógico-Didático-Curricular, consideramos os grupos de ações voltados para as respectivas áreas, relação professor-aluno, aprendizagem, avaliação, currículo, modalidades de ensino e complementares como: educação especial, educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação do campo, educação escolar indígena e educação integral.

Entre o período de 1997-2000, não foi possível identificarmos nas fontes pesquisadas, os programas e projetos específicos para a melhoria dos índices de rendimento escolar, com diminuição de índices de reprovação e evasão das escolas municipais. Esta dimensão de trabalho (pedagógico-didático-curricular) por parte da Semed focalizou o desenvolvimento de ações de âmbito geral, com maior ênfase no ensino fundamental, a partir de iniciativas de projetos voltados para a educação ambiental, junto aos professores do ensino de ciências, história e geografia.

Ainda no período de 1997 a 2000 foi identificada a adesão aos programas federais como PNTE, PNAE, PNLN (Ensino Fundamental), PDDE, PCN's em Ação, Fundescola, com recursos advindos do FNDE. Esses programas passaram a compor as metas e ações do Programa Acorda Brasil, está na hora da escola!, este alinhado à Reforma do Estado Brasileiro. Durante o período de 1997-2000, compreendemos que o Fundef foi de fundamental importância para o desenvolvimento de programas e projetos por parte da Semed, principalmente, à formação e qualificação docente e articulação de parcerias. O Fundo pode ser considerado um dos marcos principais de mudança vivenciados, pela gestão da Semed, diante à possibilidade de recursos financeiros aplicados diretamente à educação pública municipal, pois segundo Pereira (2012), o município é caracterizado pela carência de arrecadação própria de tributos, com dependência de transferências constitucionais dos recursos, para serem aplicados à educação.

A partir da gestão municipal (2001-2004), dentre os programas e projetos desenvolvidos pela Semed na época, destacamos a partir da entrevistada C, que a Semed tinha a preocupação em realizar um trabalho que pudesse melhorar a qualidade de ensino, porém, percebe-se que havia limitações de estrutura administrativa, pedagógica e financeira. O que implica compreender a carência de condições básicas para o atendimento e desenvolvimento de ações por parte da própria secretaria e também das escolas, o que reflete, no grau de autonomia da Semed para realizar melhoria da qualidade de ensino.

Dentre os programas e projetos apresentados do período de 2001-2004, evidenciamos os seguintes: Projeto Parâmetros em Ação – Meio Ambiente, o Programa de Edu-

cação Ambiental da Rede Municipal de Ensino, Projeto Rádio pela Educação e Escola Ativa. Iniciativa do governo federal (MEC), o Projeto Parâmetros em Ação, teve como objetivos: formar os professores do ensino fundamental em Educação Ambiental, orientar estudos sobre os PCN's, discutir formas de trabalhar o tema Meio Ambiente, junto ao projeto educativo da escola. Este projeto governamental, aliado aos trabalhos com os Referenciais Nacionais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEI) representavam, a reestruturação do currículo escolar, e revelam a importância dada às instituições escolares na consolidação de novas ideias, novas práticas a serem referenciadas pelos professores, pela comunidade escolar, secretarias estaduais e municipais, alicerçada aos interesses da reforma educacional promovida neste período.

No contexto local, a partir do Plano Diretor (2007), no que tange as políticas para a educação, a Semed tem por orientação, a diretriz, que trata sobre “XVII. Adotar e manter programas na rede municipal de ensino para tratar das questões de educação ambiental, educação no campo, gênero e inter-étnicas” (BELTERRA, 2007, p.43). Deste modo, destaca-se que a Semed no período de 2005 e 2008, buscou realizar a partir de planejamento, o atendimento aos objetivos educacionais voltados para uma educação para a sustentabilidade.

Tais objetivos buscavam atender as orientações advindas da denominada Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Entre 2005-2008 a Semed focalizou ações ampliadas para os níveis de modalidades de ensino, para o ensino fundamental, com destaque à educação escolar indígena e educação especial, iniciativas para a educação ambiental, educação do campo, educação de jovens e adultos e programas e projetos para a melhoria da gestão escolar.

De modo geral, os programas e projetos da Semed desse período, buscavam a qualidade e maior amplitude da educação escolar pública, com apoio técnico e financeiro de programas federais do MEC, que subsidiavam não apenas as ações para as escolas, como a própria organização e gestão da Semed para atendimento, acompanhamento e monitoramento dos programas aderidos, como: Programa Mais Educação, Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), dentre outros.

No Quadro 8 dados sobre programas e projetos da Semed período de 1997-2012, referentes à gestão educacional.

Quadro 8 - Síntese dos programas e projetos da SEMED – 1997-2012 – Gestão Escolar.

Período	Modalidades/níveis	Descrição
1997-2001	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Não identificado nas fontes pesquisadas
2001-2004	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)
2005-2008	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Adesão ao MEC/UNB, para formação em curso em EAD para Conselhos Escolares; Encontros Pedagógicos com Gestores; - Projeto de Assessoria aos Conselhos Escolares; - Continuidade do PDE e apoio aos projetos das escolas, dentro as limitações da Semed; - Orientações sobre Projeto Político Pedagógicos das Escolas (Ed. Infantil); - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); Plano de Ações Articuladas - PAR



Período	Modalidades/níveis	Descrição
2009-2012	Ed. Infantil e Ens. Fundamental	Plano de Ações Articuladas – PAR, PDDE; Programa Escolas de Gestores (Parceria Ufopa) PDE interativo e continuidade do PDE e apoio aos projetos das escolas; Programa Bolsa Família Projeto Estratégico da Semed para Mobilização das Escolas para elaboração do PPP de toda Rede Municipal de Ensino: orientações e capacitações, encontros e reuniões. Adesão ao Programa Pró-Funcionário (MEC) Proposta de Formação aos Conselheiros Escolares e Projeto de Assessoria aos Conselhos Escolares; Encontros Pedagógicos com Gestores; Orientações sobre Projeto Político Pedagógicos das Escolas (Ed. Infantil) Projeto Prova Brasil: fortalecimento do IDEB da rede municipal.

Fonte: Entrevistas com secretários de educação do período de 1997 a 2008. Representante de 2009-2012. Relatórios parciais da Semed (2006, 2007, 2008). Quadro elaborado pela autora (2016).

Em relação à dimensão Gestão Escolar, agrupamos para o processo de análise, os programas e projetos relacionados à melhoria da gestão democrática das escolas municipais. Identificamos, conforme Quadro 8, que as ações planejadas e desenvolvidas pela Semed eram voltadas para melhoria da gestão escolar e de indicadores educacionais, com a articulação com conselhos escolares, conselhos municipais, com gestores escolares, a partir de ações como: continuidade do PDE/PDDE, elaboração do PAR, formações, projeto de assistência técnica e pedagógica aos conselhos escolares (participação no Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

De acordo com a entrevistada E, dentre os planos de ação da Semed do período de 2005 a 2008, a rede municipal passa a ser avaliada pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Neste período, houve a implementação da Lei nº 11. 274/2006, que determinava que os sistemas efetivassem a ampliação do ensino fundamental para nove anos de duração, até 2010, progressivamente. Esta política educacional exigiu a adequação necessária por parte da Semed e rede de ensino, a partir de elaboração de proposta pedagógica a ser encaminhada para o CEE/PA (nesse período o município não tinha Sistema Municipal de Ensino), além de outras implicações administrativas.

Entre 2009-2012, destaca-se dentre as iniciativas, o Projeto Prova Brasil: fortalecimento do IDEB da rede municipal, com o intuito de melhorar o Ideb da rede pública municipal, a partir de acompanhamento pedagógico e estratégico da Semed, assim justificado pela entrevistada F: *“nós fizemos um trabalho com eles pra fortalecer essa questão do nosso IDEB, porque na época o IDEB era 2.9 e foi a partir desse projeto começamos a mudar toda essa questão desse IDEB do município”*.

Diante das experiências de programas e projetos apresentados nos quadros desta seção, concordamos com Draibe (1998) sobre a importância das experiências e iniciativas locais de políticas educacionais, expressadas em programas e projetos, pois permitem entender os processos de reestruturação do poder público na busca de melhoria de competências institucionais administrativas do sistema educacional, apesar das resistências, dificuldades e limitações destacadas pelos entrevistados.

4 Considerações finais

Em relação à categoria programas e projetos desenvolvidos pela Semed de Belterra entre 1997 a 2012, conseguimos identificar que a maioria das ações possuíam parceria direta com a União. Um aspecto peculiar, a ser pontuado, é a localização do município e sua história no interior da Amazônia, com origem a partir de uma política governamental para o desenvolvimento da região amazônica, por meio da Empresa Norte-Americana de Henry Ford. O que propiciou o envolvimento e participação de parcerias institucionais junto à Semed, entre 1997-2012, com adesão a programas federais relacionados em primazia à área ambiental.

Em relação aos programas federais adotados pela Semed durante o período de 2009 a 2012, podemos analisar que estes instrumentos cumpriam um papel de “ação supletiva e redistributiva da União, destinadas a prestar assistência técnica e financeira aos demais entes federativos, [...] no desenvolvimento dos sistemas de ensino e de ações assistenciais [...] gerenciadas pelo FNDE” (AZEVEDO, 2002, p.60). Contudo, segundo Momma (2001), podemos observar que avançamos no Brasil, no decorrer destas últimas décadas em intensificação de programas sociais, educacionais, no entanto, ainda precisamos avançar em políticas públicas educacionais. Compreende-se a importância dos mecanismos adotados pelo MEC, pelas secretarias municipais e estaduais no desenvolvimento de programas, por adesão ou por iniciativa local, para a melhoria da qualidade de educação, entretanto, precisamos refletir sobre que tipo de qualidade está sendo concebida, aliada a qual lógica, se de mercado, estatal, está sendo entendida por parte da comunidade escolar, secretarias e demais atores envolvidos na política educacional.

Tais programas traduzem, também, a centralização/descentralização/desconcentração das políticas educacionais adotadas no país, nos estados e no município, em consonância às mudanças na relação Estado-Sociedade, e os programas acabam por representar descentralização entre União e municípios, dentro do regime de colaboração, porém, com incertezas quanto a esta descentralização.

Referências

- ALMEIDA, M. H. T. de. Federalismo e políticas sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 10, p. 88-108, junho, 1995.
- ANTUNES, M. F. de S. *Políticas Educacionais da rede pública municipal de ensino de Uberlândia (1997-2004)*. 2005. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.
- ARRETCHE, M. T. da S. Mitos da descentralização – mais democracia e eficiência nas políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, ano 11, n. 31, 1996.
- ARRETCHE, M. T. da S. Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos? *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, n. 3, p. 587-620, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v53n3/a03v53n3.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2014.
- AZEVEDO, J. M. L. de. *A educação como política pública*. Campinas: Autores Associados, 2001.



- AZEVEDO, J. M. L. de. Implicações na nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 07 ago. 2014.
- AZEVEDO, J. M. L. de. Programas federais para a gestão da educação básica: continuidade e mudanças. *RBPAE*. v. 25, n. 2, p. 211-231, mai./ago. 2009.
- BELTERRA (Município). *Relatório de Atividades da Diretoria de Ensino*. Belterra: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 2006 a 2008.
- BELTERRA (Município). *Plano Diretor Participativo de Belterra*. Belterra, 2009.
- BELTERRA (Município). *Relatório do Sistema Gestor*: período de 2010. Belterra: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Setor de Estatística e Censo Escolar.
- BELTERRA (Município). *Relatório do Sistema Gestor*: período de 2012. Belterra: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Setor de Estatística e Censo Escolar.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF: Imprensa Nacional, n. 191-A, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Relatório da Fase 1 Plano de Educação Ambiental da Floresta Nacional do Tapajós 2001/2012*. Brasília, DF: ProManejo, 2003.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Floresta Nacional do Tapajós: Plano de Manejo*. Brasília, DF: [s.n.], 2004. Volume III.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Catálogo de Programas do Governo Federal Destinados aos Municípios*. Brasília, DF: MP, 2008. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br>>. Acesso em: 03 ago. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Censo escolar 2012*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012.
- CAMARGO, C. Sociedade e natureza nas ondas do rádio na Amazônia: representações e significados. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, da Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R0306-1.pdf>>. Acesso em 02.09.2015.
- CAMINI, L. *Política e Gestão Educacional Brasileira: uma análise do plano de desenvolvimento da educação*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- CASTRO, J. A. As políticas de educação na segunda metade da década de 1990 no Brasil. *Políticas Públicas*, Brasília, n. 1, jun, 2000.
- CURY, C. R. J. Sistema Nacional de Educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. *Educação & Sociedade*. Campinas, SP: CEDES, vol. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez.2010.
- DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. de F.; SANTOS, C. de A. (Coord.). *A qualidade da educação: conceitos e definições*. Brasília: Inep/MEC, 2007.
- DURHAM, E. R. A educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 231-254, out. 1999.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- LUCE, M. B.; FARENZENA, N. O Regime de Colaboração Intergovernamental. *Em questão*, São Paulo, Observatório da Educação – Ação Educativa, n. 4, p. 9-13, 2007.
- MOMMA, A.M. *As políticas educacionais brasileiras do ensino fundamental no contexto do Mercosul: perspectivas e desafios para o processo de integração*. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 2001.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo às políticas de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

SANDER, B. *Administração da educação no Brasil: genealogia do conhecimento*. Brasília: Liber Livro, 2007.

SAVIANI, D. (Org.). *Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil, 2).

SAVIANI, D. Vicissitudes e perspectivas do direito à educação no Brasil: abordagem histórica e situação atual. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 34, n. 124, pp. 743-760, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, D. B. de S.; FARIA, L. C. M. de. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96. *Ensaio: avaliação de política pública. Educação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 45, p. 925-944, out./dez. 2004. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362004000400002>>. Acesso em 14.08.2014.

TRIVIÑOS, A.N.S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1987.

YANAGUITA, A. I. As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990. In: Simpósio Brasileiro, XXV. Congresso Ibero-Americano de Política de Administração da Educação, II, 2011, São Paulo. *Anais do XXV Congresso Ibero-Americano da ANPAE*. Niterói, RJ: ANPAE, 2011. V. 10. p. 1-13.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Sobre os autores

Maria Lília Imbiriba Sousa Colares

Doutora em Educação pela UNICAMP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

Ângela Rocha dos Santos

Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

